

# UM REPERTÓRIO POLÍTICO INTERNACIONAL: A IMPRENSA PORTUGUESA COMO FRENTE DE LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1974-1978)

## AN INTERNATIONAL POLITICAL REPERTOIRE: THE PORTUGUESE PRESS AS A FRONT IN THE STRUGGLE FOR THE REDEMOCRATIZATION OF BRAZIL (1974-1978)

**Reinaldo Lindolfo Lohn<sup>1</sup>**

Endereço Profissional: Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Humanas e da Educação - Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Cep. 88.035-001  
Florianópolis - SC, Brasil  
Email: [reilohn@gmail.com](mailto:reilohn@gmail.com)

**Resumo:** Este texto enfoca a circulação internacional de um repertório político que balizou parte dos opositores à ditadura militar no Brasil (1964-1985). A investigação identificou a presença de jornalistas e ativistas do Brasil na imprensa portuguesa entre 1974 e 1978. Portugal é tomado como um ponto articulador de conexões que evidenciam a escala internacional dos debates políticos no Brasil de então. Além das frentes oposicionistas brasileiras, são explorados os mecanismos utilizados pelo regime autoritário para vigiar e controlar esse processo.

**Palavras-chave:** Conexões internacionais; Redemocratização; Imprensa.

**Abstract:** This text focuses on the international circulation of a political repertoire that influenced opponents of the military dictatorship in Brazil (1964-1985). The investigation identified the presence of journalists and activists from Brazil in the Portuguese press between 1974 and 1978. Portugal is seen as an articulating point of connections that highlight the international scale of political debates in Brazil at the time. In addition to the Brazilian opposition fronts, the mechanisms used by the authoritarian regime to oversee and control this process are explored.

**Keywords:** International connections; Redemocratization; Press.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde também atua no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória). É pesquisador 2 do CNPq, sendo coordenador do projeto de investigação em andamento "Transição democrática e conexões internacionais: o Brasil na imprensa portuguesa (1974-1985)", do qual resulta o presente artigo.

## 1. A luta política no Brasil e suas conexões internacionais na imprensa portuguesa

Este texto resulta de uma investigação sobre as conexões internacionais estabelecidas entre grupos e agentes políticos por conta do processo de transição no interior do regime autoritário brasileiro ainda durante a vigência da ditadura militar (1964-1985). Com vistas a ampliar a abrangência das interpretações históricas em torno da chamada redemocratização brasileira, pretende-se compreender a circulação internacional de um repertório político que, em diferentes aspectos, orientou diferentes setores das oposições brasileiras à ditadura. Como base de pesquisa documental e lugar de análise para a construção de tal abordagem, destaca-se a presença brasileira na imprensa de Portugal no período, indicando que este país pode ser visto como um importante ponto de observação das movimentações então em curso e que promoviam uma interação entre os cenários nacional e internacional das disputas políticas no Brasil. Busca-se identificar Portugal como um centro relevante para a compreensão da escala internacional dos debates acerca da democracia no Brasil efetuados na segunda metade da década de 1970. Serão destacadas três das frentes oposicionistas brasileiras que encontraram espaço na imprensa portuguesa entre 1974 e 1978.

Não cabe aqui repisar informações que são, de alguma maneira, parte conhecida das movimentações oposicionistas de brasileiros naquele país<sup>2</sup>. Além disso, diferentes estudos exploraram não apenas este quadro de discussões sobre os contatos de brasileiros em Portugal, mas também passaram a contribuir para uma melhor compreensão da situação de exilados brasileiros naquele país e suas formas de organização e resistência<sup>3</sup>. Contudo, há ainda informações relativamente abundantes que podem ser exploradas no material empírico coletado na imprensa de Portugal para alavancar análises sobre as discussões em torno do processo político brasileiros durante a vigência da ditadura. A facilidade de acesso a instituições de guarda de acervos históricos portuguesas e o idioma em comum, tornam a imprensa portuguesa um manancial dos mais significativos com vistas a situar a redemocratização brasileira em um quadro transnacional. Por alguns anos, logo após a chamada Revolução dos Cravos (1974), os processos sociais daí decorrentes e as diferentes forças políticas de esquerda de Portugal ofereceram um ambiente de diálogos internacionais para as oposições brasileiras, o que pode ser mapeado não apenas em jornais de

---

<sup>2</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, 2016.

<sup>3</sup> FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 64, p. 37-57, 2010.

organizações políticas, mas também nos veículos da imprensa geral e comercial portuguesa, então bastante receptiva a informações críticas e denúncias oriundas do Brasil sobre a ditadura militar.

Neste texto, são mobilizados resultados de uma investigação em um título tradicional da imprensa portuguesa, o *Diário de Notícias*, bem como em veículos então recentemente fundados, particularmente o semanário *Expresso*, os quais ofereceram não apenas noticiários, mas se tornaram espaços para debates acerca da problemática em curso no Brasil. Também são considerados os resultados obtidos na pesquisa em publicações ligadas às organizações de esquerda portuguesas, neste caso *O Diário*, *Voz do Povo* e *Página Um*. Estes impressos trouxeram as perspectivas de diferentes tendências da oposição brasileira, com o delineamento político e ideológico de fronteiras que extravasavam o contexto português e incluíam tendências de diferentes países, como o Brasil. Foram ainda levantadas informações por meio de depoimentos orais de cidadãos portugueses que travaram contato com brasileiros na época em diferentes veículos de imprensa. Metodologicamente, pretende-se perseguir a proposta de Serge Gruzinski, para quem o trabalho historiográfico pode “fazer aparecer as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas”<sup>4</sup>. Isso significa que a imprensa é abordada como uma documentação que fornece indícios das conexões internacionais envolvidas no processo de constituição de um repertório político que circulou em um espaço público ampliado, delineando ideias, projetos e disputas<sup>5</sup>. Os meios de comunicação são tomados como uma “esfera da representação política” na medida em que “esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”<sup>6</sup>. No caso deste trabalho, busca-se identificar, por meio da análise de conteúdo, relações políticas envolvidas na construção de um repertório político internacional que foi mobilizado no exterior, mas com repercussões internas no Brasil. Compreende-se que estava ocorrendo a ampliação do alcance dos repertórios disponíveis aos grupos políticos em disputa<sup>7</sup>.

A investigação em títulos da imprensa portuguesa permite que se perceba a dimensão internacional dos debates em torno da redemocratização brasileira, dado que envolviam ao menos três distintas posições. É possível identificar uma perspectiva que buscava a junção o alargamento da democracia a partir de bases sociais organizadas por novos movimentos e grupos, o que incluía ainda certo viés que remontava às esperanças de

---

<sup>4</sup> GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-196, 2001.

<sup>5</sup> CONRAD, Sebastian. *What is global history*. Princeton: Princeton University Press, 2016. p. 102.

<sup>6</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

<sup>7</sup> TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova Iorque: Random House, 1978. p. 151.

insurreição popular e que encontrava diálogos com as organizações mais radicais da esquerda portuguesa. Também cabe apontar aquela fortemente influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), envolvido em debates em torno do chamado eurocomunismo, ao passo em que buscava influenciar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição legalizado, com vistas a derrotar a ditadura pela articulação entre um movimento de massas e a atuação institucional e parlamentar. Por fim, não menos importante, e com provável impacto político mais amplo, as movimentações ensejadas pelo chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a social-democracia europeia por meio da organização Internacional Socialista.

Com vistas a explorar, portanto, as possibilidades compreender as conexões internacionais do processo de redemocratização brasileiro, o presente trabalho procura delinear como essas três frentes encontravam espaço em setores da imprensa portuguesa. Para tanto, são identificadas as atuações de brasileiros nos jornais mencionados anteriormente, bem como as diferentes abordagens do processo político brasileiro que se fazia em Portugal. A atuação de brasileiros na imprensa portuguesa foi tão incisiva que chamou a atenção da Embaixada em Lisboa. A partir de 1974, funcionários da embaixada brasileira produziram frequentes relatórios que eram processados pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ) e, principalmente, pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX). Este último era o braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) nas unidades diplomáticas brasileiras, voltado para vigiar as atividades de exilados, mas também — e este é o aspecto a ser destacado — a circulação de informações em âmbito internacional contrárias ao regime<sup>8</sup>. Uma das grandes preocupações deste órgão no que dizia respeito a Portugal era o que foi classificado como uma “Frente de Imprensa” que estaria em plena ação junto à imprensa portuguesa na articulação de denúncias contra a ditadura<sup>9</sup>. Sob o comando do general Carlos Alberto Fontoura, que fora chefe do SNI entre 1969 e 1974, ano em que assumiu o posto diplomático, a embaixada brasileira preocupava-se com o importante espaço adquirido na imprensa de Portugal pelas forças oposicionistas brasileiras e seus apoiadores locais<sup>10</sup>.

O país ibérico vivia então um processo amplo e conflituoso de construção democrática que dera cabo a uma longa ditadura e a imprensa foi uma das áreas mais críticas em que se desenrolaram contendas diversas e discussões que extravasaram os limites do país

---

<sup>8</sup> PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

<sup>9</sup> CRUZ, Fábio Lucas da. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

<sup>10</sup> SAMWAYS, Daniel Trevisan. Repressão além das fronteiras: O CIEEX e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979). *Diálogos*, Maringá, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2020.

européu. Após o 25 de Abril de 1974 tem início o que a historiografia portuguesa denomina de Processo Revolucionário em Curso<sup>11</sup>. Entre os desdobramentos do contexto, o que interessa à presente discussão é o relativo à transformação do campo dos meios de informação em um terreno de disputas intensas, o que incluiu diferentes situações, desde a liberação da censura, passando pelo controle direto de jornais por organizações políticas ou por seus próprios trabalhadores. Entre os notórios eventos que daí emergiram, pode-se mencionar o chamado “caso *República*”<sup>12</sup> e o breve controle do *Diário de Notícias* pelo Partido Comunista Português<sup>13</sup>.

Como parte de acontecimentos que compuseram o processo político do chamado “verão quente” 1975<sup>14</sup>, os confrontos envolvendo o aprofundamento de atitudes revolucionárias e as disputas pelos meios de comunicação ganharam ainda mais evidência. Os confrontos ganharam novos delineamentos pela abrupta reação militar de moderados e conservadores no 25 novembro daquele ano, a qual levou à marginalização das organizações da esquerda revolucionária no cenário político de Portugal<sup>15</sup>. A revolução portuguesa ensejou um período de grande efervescência no âmbito da comunicação social, com nacionalizações de empresas jornalísticas e, a partir de 1975, a criação de diversos novos títulos vinculados a grupos políticos ou a interesses empresariais privados. Nestas condições, agentes políticos das oposições brasileiras, ainda que sob os constrangimentos da vigilância que a ditadura militar efetuou mesmo para além das fronteiras nacionais, encontraram espaço na imprensa portuguesa para não apenas denunciar, mas para debater as possibilidades de uma transição política no Brasil.

## **2. A luta continua: as perspectivas revolucionárias sob vigília**

As organizações de esquerda que se proclamavam revolucionárias em Portugal não arrefeceram sua atuação mesmo após o amplo predomínio dos setores moderados, hegemonizados pelo Partido Socialista (PS), então fortemente orientado pela social-democracia da Europa ocidental, com suporte nas Forças Armadas, sobre o processo político no país ao final de 1975. Como resposta à marginalização de organizações da

---

<sup>11</sup> FREIRE, Dulce; ALMEIDA, Sónia Vespeira de. Portugal 1974-1976. Processo Revolucionário em Curso: Apresentação. *Arquivos da Memória*, Lisboa, n. 12/13, p. 11-21, 2002.

<sup>12</sup> REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007. p. 164-171.

<sup>13</sup> GOMES, Pedro Marques. ‘Por uma Informação ao serviço do processo revolucionário’: o ‘caso dos 24’ do Diário de Notícias na revolução portuguesa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 261-292, 2019.

<sup>14</sup> REZOLA, Maria Inácia. Uma epidemia de planos: projectos políticos do MFA no ‘Verão quente’ de 1975. *Arquivos da Memória*, Lisboa n.º 12/13, 43-60, 2002.

<sup>15</sup> PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. p. 104.

extrema-esquerda revolucionária<sup>16</sup>, estas procuraram ampliar sua influência na imprensa por meio de novos títulos que se somaram aos então existentes. Neste caso, teve relevância, especialmente pela presença de brasileiros em sua redação, o diário *Página Um*, editado por jornalistas profissionais desligados de veículos da grande imprensa portuguesa, em função de acusações que envolviam atos praticados na militância política, além de ativistas do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). Apesar da vinculação partidária, a intenção da publicação era a de fazer jornalismo e concorrer pelo mercado publicitário, conforme depoimento do jornalista Silvério do Canto<sup>17</sup>. Surgido em maio de 1976, poucas semanas antes das eleições presidenciais, seu primeiro editorial indicava que o periódico seria uma resposta “ao refluxo do processo revolucionário em Portugal”. Os responsáveis pela publicação comprometiam-se na defesa da “independência nacional” e a manter uma postura “anticapitalista e anti-imperialista”, apoiando “as lutas de libertação dos povos explorados do mundo inteiro”<sup>18</sup>.

Ainda em seu primeiro número, na seção “Política Nacional”, o jornal trouxe uma destacada reportagem sobre um evento promovido pelo Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil que denunciava a prática da tortura pela ditadura militar brasileira<sup>19</sup>. O Comitê era encabeçado publicamente por portugueses que tinham vínculos com partidos políticos e com exilados brasileiros, como Fernando Piteira Santos, editor do *Diário de Lisboa*, figura próxima a Miguel Arraes, com quem havia dividido o exílio na Argélia. Naquele mesmo mês de junho de 1976, esta entidade, articulada por brasileiros influentes na imprensa portuguesa, como Márcio Moreira Alves, fez circular uma publicação intitulada *Amnistia*, editada em 1976 e 1977. Denunciava as violações aos direitos humanos no Brasil e promovia a campanha pela anistia política e uma constituinte democrática, bandeiras da oposição liderada no país pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A defesa da liberdade aos presos políticos ganhava repercussão no Brasil e atravessava suas fronteiras por meio de exilados e grupos de solidariedade internacional<sup>20</sup>. O caráter ideologicamente amplo do comitê criado em Portugal assegurou que mesmo a extrema-esquerda daquele país concedesse atenção à sua causa, apesar da forte aproximação de várias de seus integrantes com o PS. A mesma fotografia da mesa que conduziu o evento do comitê pró-anistia foi publicada tanto em *Amnistia* quanto em *Página Um*, e este reservou-se de fazer comentários críticos à presença de figuras políticas portuguesas das quais mantinha distância.

---

<sup>16</sup> REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Op cit, p. 164-171.

<sup>17</sup> CANTO, Silvério do [63 anos]. [mai. 2018]. Entrevista oral. Lisboa, 24 mai. 2018.

<sup>18</sup> UM NOVO jornal para quê? *Página Um*, Lisboa, p. 2, 5 jun. 1976.

<sup>19</sup> ACTO contra a tortura no Brasil. *Página Um*, Lisboa, p. 4, 5 jun. 1976.

<sup>20</sup> ROLLEMBERG, Denise. Cultura política brasileira: redefinição no exílio (1964–1979). *Hispanic Research Journal*, Londres, v. 7, n. 2, p. 163-172, 2006.

O presidente da “Liga dos Direitos do Homem em Portugal”, Vasco Fernandes, enviou sua saudação aos que lutavam pelos direitos humanos no Brasil. Enquadrada dessa maneira, a luta pela anistia e a redemocratização do Brasil ganhava uma conotação internacional, inscrita em processos políticos que superavam as fronteiras do país. Foi ainda alvo de interesse do jornal *Página Um* a criação de um comitê em favor da anistia no Brasil em Coimbra, formado por integrantes da universidade e por ativistas de partidos de esquerda, que defendia a “supressão de todos os organismos policiais”, além da “punição de todos os responsáveis por torturas, assassinios e crimes”, com o respeito à “Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Carta da Organização Internacional do Trabalho”<sup>21</sup>.

Iniciativas como essa eram divulgadas por órgãos de imprensa como *Página Um* como parte de campanhas de solidariedade voltadas a diferentes temáticas e países. Foi comum em 1976 a divulgação de eventos como as “Jornadas de amizade e solidariedade” com países africanos ocorridas em julho de 1976 e voltadas para defender as lutas anticoloniais em curso em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe<sup>22</sup>. Além disso, houve manifestações públicas relativas à solidariedade aos opositores às ditaduras de diferentes países da América Latina, também com a organização de eventos como o intitulado “8 horas pela América Latina”, em outubro, no Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa, com a exibição de filmes, apresentações musicais e palestras de “companheiros da Argentina, Chile, Peru e Brasil”<sup>23</sup>.

Durante o primeiro semestre de circulação de *Página Um* atuou como editor do noticiário internacional um brasileiro recordado pelo dirigente do PRP, Carlos Antunes, pelo nome de “Marcelo”<sup>24</sup>. Na verdade, Marcelo Dias era o pseudônimo adotado por Alfredo Sirkis, então exilado em Lisboa, proveniente de um período em que viveu e trabalhou na França, na Suécia, no Chile e na Argentina, como correspondente dos jornais *Libération* e *Le Monde Diplomatique*, após sua atuação no Brasil como integrante da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária<sup>25</sup>. Foi frequente o noticiário sobre o Brasil em *Página Um* no período de atuação de Sirkis. A situação das violações a direitos humanos era uma pauta frequente, mas com enfoque mais amplo, voltada para as condições das populações indígenas ou camponesas. Neste caso, o público português foi apresentado à denominação “boia-fria”, atribuída “ao trabalhador agrícola brasileiro que é obrigado, pela situação econômica, a trabalhar sem contrato ou qualquer outro tipo de garantia social”<sup>26</sup>.

---

<sup>21</sup> CRIADO comitê para amnistia geral no Brasil. *Página Um*, Lisboa, p. 4, 15 jul. 1976.

<sup>22</sup> JORNADAS de amizade com países africanos. *Página Um*, Lisboa, p. 4, 22 jul. 1976.

<sup>23</sup> SOLIDARIEDADE com América Latina. *Página Um*, Lisboa, p. 16, 22 out. 1976.

<sup>24</sup> ANTUNES, Carlos [78 anos]. [mai. 2018]. Entrevista oral. Lisboa, 24 mai. 2018.

<sup>25</sup> PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. Op cit, p. 104.

<sup>26</sup> A SUPEREXPLORAÇÃO dos camponeses. *Página Um*, Lisboa, p. 11, 13 jul. 1976.

Também a situação dos trabalhadores assalariados brasileiros foi temática de destaque no jornal, seja pela perda do poder aquisitivo ou pela repressão às organizações sindicais, trazendo informações em detalhe sobre um quadro socioeconômico que ampliava a concentração da renda no Brasil em meio a um processo em que a economia passava para o “controle massivo de grupos estrangeiros”<sup>27</sup>.

As informações divulgadas sobre o Brasil contrapunham-se àquelas que, segundo o jornal, apareciam na televisão portuguesa, sob um viés favorável à ditadura militar. Um programa emitido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP) teria mostrado a “grandeza brasileira”, com “suas indústrias” e o suposto “desenvolvimento que se operou de há dez anos para cá, tudo louvores, tudo alegria, amor e felicidade”. O artigo “Brasil é que é bom!” reivindicava que, “como estamos a viver em democracia”, o programa “Presença do Brasil” deveria ter “um certo cunho ‘progressista’ que não nos deixasse muito assustados com tanto progresso e tanta fome” e que “não nos espantasse com tanto desenvolvimento sabendo de tanta tortura”. As “marcas do milagre econômico” deveriam vir acompanhadas das informações sobre o “esquadrão da morte” e as favelas: “os brazucas podem ir às feiras comerciais onde os seus exploradores expõem e ficam a saber quais as suas ‘oportunidades de compra’, etc, etc.”. A linha do programa de TV teria levado o público a acreditar “que afinal o Brasil é bom, os torcionários são uma invenção dos ‘maus’ brasileiros” e que as informações sobre “terem dado cabo dos índios para a Transamazônica e dos operários que ficaram pelo caminho por falta de condição” seriam uma “contrapropaganda ‘esquerdista’”<sup>28</sup>.

A luta contra a ditadura militar brasileira inseria-se em um quadro transnacional, com a mobilização de informações que passavam tanto pelas denúncias de torturas por meio da Igreja Católica quanto pelo papel dos Estados Unidos na sustentação do regime, reverberando tanto o noticiário proveniente do Brasil quanto o produzido na Europa “face à falta de direitos humanos” no país<sup>29</sup>. Em Portugal, entidades como a Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA) contribuíram com destaque para a circulação de informações sobre a repressão no Brasil, como no episódio do chamado massacre da Lapa, quando ocorreu o assassinato e prisões de dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Uma campanha foi rapidamente organizada para mobilizar “democratas e antifascistas portugueses” para garantir a sobrevivência dos que permaneciam vítimas dos mesmos “métodos utilizados pela ditadura fascista” de Salazar<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> A DESNACIONALIZAÇÃO da economia. *Página Um*, Lisboa, p. 11, 07 jul. 1976.

<sup>28</sup> BRASIL é que é bom! Pódji Crêr! *Página Um*, Lisboa, Lisboa, p. 12, 05 jul. 1976.

<sup>29</sup> PADRES contra o governo fascista. *Página Um*, Lisboa, p. 11, 31 dez. 1976.

<sup>30</sup> TRÊS antifascistas brasileiros são assassinados. *Página Um*, Lisboa, p. 3, 30 dez. 1976.

Neste quadro, a aproximação diplomática promovida pelo Primeiro-ministro Mário Soares com a ditadura brasileira, o que envolveu a visita do chefe do governo português ao Brasil em dezembro de 1976, foi apresentada como uma prova de que o chefe de governo socialista “espezinhou o 25 de Abril”<sup>31</sup>. Uma demonstração disso seria o fato de Soares ter declarado que receberia de “braços abertos” o retorno dos empresários portugueses que haviam migrado para o Brasil após as nacionalizações promovidas pelo governo revolucionário<sup>32</sup>. Mário Soares também deixou de interceder em favor das reivindicações pela anistia aos presos políticos no Brasil, bem como foi apresentado como “um campeão do anticomunismo”, o que explicaria, segundo *Página Um*, ter sido recebido por Geisel: “imagine-se um antifascista, um socialista, um comunista” que tivesse visitado “um país onde o ‘esquadrão da morte’ mata e tortura” e no qual “os agentes da PIDE/DOPS se passeiam, como qualquer burguês circula entre a sala de jantar e a retrete do seu palacete”<sup>33</sup>. A esse respeito, cabe destacar que era comum na imprensa portuguesa denominar os órgãos de repressão do Brasil, no caso, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), como “PIDE brasileira”, identificando-os à polícia política do regime salazarista — Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Os contatos de Soares com a ditadura brasileira, então sob o comando do general Ernesto Geisel, vinham sendo intensamente criticados nas páginas do jornal ainda antes da realização da viagem. Em outubro, o Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil em Portugal manifestou a posição de que a viagem do Primeiro-ministro não poderia servir de “pretexto” para que fossem “ignorados os crimes e atentados cometidos no Brasil contra os direitos humanos”, reivindicando que o tema fizesse parte das “conversações entre os dois governos”<sup>34</sup>. No mês anterior, Soares teve um encontro com embaixador brasileiro em Lisboa, o general Carlos Alberto Fontoura. A matéria “Soares visita ex-chefe do Serviço Secreto brasileiro” apresentou o representante diplomático da ditadura como “responsável por numerosos assassinatos políticos” e propagandista de um “milagre” com o qual “o salário mínimo diminuiu em mais de 50%, os lucros das multinacionais multiplicaram-se e a tortura generalizou-se”. Segundo o periódico, Fontoura era visto com o embaixador norte-americano Frank Carlucci em “unidades militares do exército português”<sup>35</sup>.

Os textos críticos de *Página Um* despertaram a atenção dos agentes da embaixada designados para produzir relatórios para o CIEEX, os quais passaram a acompanhar o jornal

---

<sup>31</sup> PONTO (coluna). *Página Um*, Lisboa, p. 1, 22 dez. 1976.

<sup>32</sup> SERÃO recebidos de braços abertos os que voltarem a Portugal. *Página Um*, Lisboa, p. 3, 23 dez. 1976.

<sup>33</sup> PONTO (coluna). *Página Um*, Lisboa, p. 1, 16 dez. 1976.

<sup>34</sup> SOARES não pode esquecer vítimas da ditadura. *Página Um*, Lisboa, p. 4, 15 out. 1976.

<sup>35</sup> SOARES visita ex-chefe do Serviço Secreto brasileiro. *Página Um*, Lisboa, p. 3, 09 set. 1976.

frequentemente, buscando reter informações sobre movimentações de opositores à ditadura militar em Portugal. Em relatório datado de 19 de agosto de 1976, o centro afirmava ter obtido informação de que no periódico trabalhavam “vários refugiados brasileiros”. Na redação do jornal, junto com Alfredo Sirkis, trabalhariam Clarisse Galvão de Figueiredo, Euclides Moraes Gomes, Nelson Chaves dos Santos e Altair Lucchesi Campos, bem como “Lilita” e “Maurinho”, além de “outros não identificados”<sup>36</sup>. O órgão de vigilância afirmava que uma das refugiadas não identificadas atuaria “como ‘correio consciente’ dos asilados brasileiros na rota Portugal-Brasil” e outra uruguaia vinculada à organização Tupamaros<sup>37</sup>. Aparentemente não foi difícil ao órgão do SNI constatar que Sirkis atuava “nos meios jornalísticos e intelectuais portugueses” sob o referido pseudônimo de Marcelo Dias, com o qual publicou um livro intitulado “Chile: setembro”, o que também chamou a atenção dos agentes<sup>38</sup>.

Outra publicação da esquerda revolucionária que foi alvo das investigações do CIEIX foi *Voz do Povo*, que circulava desde 1974, mas que com o passar dos anos ganhou mais densidade informativa. Era um semanário que veiculava os posicionamentos da União Democrática Popular (UDP), organização que em 1976 conseguiu eleger um deputado para o parlamento português, Acácio Barreiros. Por intermédio do parlamentar, informações e denúncias acerca das violações a direitos humanos e críticas à ditadura brasileira foram divulgadas nos círculos políticos portugueses, especialmente quando referidos às manifestações de integrantes do PCdoB, com quem a UDP mantinha proximidade, dada a posição maoísta e a aproximação com o regime político da Albânia então defendidas por ambos<sup>39</sup>. Um informe do CIEIX de meados de 1977 referia-se a matérias publicadas em março em *Voz do Povo* que, segundo o agente brasileiro, “denigrem (sic) a imagem brasileira em Portugal”<sup>40</sup>.

Na referida edição, o semanário deu especial atenção ao massacre da Lapa e suas vítimas, com a publicação do fac-símile da primeira página de *A Classe Operária*, órgão oficial do partido brasileiro, com uma fotografia do dirigente Pedro Pomar, então assassinado. Além da informação da estada em Lisboa do juiz francês Louis Joinet que, em

---

<sup>36</sup> CIEIX. *Portugal. Frente de imprensa. ‘Página Um’. Refugiados brasileiros*. Informe No. 271/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 19 ago. 1976.

<sup>37</sup> CIEIX. *Portugal. Refugiados brasileiros. ‘Lilita’. Paula (und). Página Um*. Informe No. 241/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 2 ago. 1976.

<sup>38</sup> CIEIX. *Portugal. Atividades do asilado Alfredo Hélio Sirkis. ‘Marcelo Dias’*. Informe No. 302/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 30 ago. 1976.

<sup>39</sup> BARBOSA, Diogo André da Silva. *A extrema esquerda portuguesa e a descolonização: debates e perspectivas políticas na imprensa partidária da UDP, PCTP/MRPP e MDP/CDE (1974-1977)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2021. p. 32-35.

<sup>40</sup> CIEIX. *Portugal. ‘A Classe Operária’. ‘Voz do Povo’*. Informe No. 268/1977, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 6 jul. 1976.

nome da Comissão de Justiça e Paz, vinculada à Igreja Católica, denunciava as prisões políticas no Brasil, a publicação divulgou a ampla movimentação em Paris e em Lisboa em favor dos integrantes do PCdoB, particularmente Aldo Arantes. Na capital portuguesa estava sendo organizada uma “exposição de solidariedade e apoio aos antifascistas presos no Brasil” que, entre outros, contava com o dramaturgo Augusto Boal. Foi anunciada como uma “exposição-manifesto em favor da liberdade no Brasil” com a colaboração de dezenas de artistas e intelectuais portugueses. Os agentes da embaixada brasileira destacaram em seu relatório a fala do presidente do parlamento português — a Assembleia da República — dirigidas ao embaixador brasileiro Carlos Alberto da Fontoura. Em resposta às reclamações do embaixador, que considerou inaceitáveis os termos de um “voto de protesto e pesar” pelos assassinatos, aprovado pelos parlamentares, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, afirmou a soberania do parlamento português ao dirigir-se ao representante diplomático<sup>41</sup>.

A atenção dos agentes da repressão brasileira não se voltava apenas à atuação de exilados, mas também para identificar a repercussão internacional de notícias e informações acerca do Brasil. Por ocasião do incêndio ocorrido no andar do edifício em que se localizava a embaixada brasileira em setembro de 1976, *Página Um* relatou um episódio ilustrativo. O fogo, provavelmente causado por algum problema elétrico, atingiu os gabinetes do embaixador e de seus assessores, além da biblioteca, sem afetar setores mais importantes, que se situavam em outro piso. Ao alcançar o escritório destruído da embaixada, a reportagem do jornal foi recebida pelo secretário identificado no texto como “Sérgio Vieira”, que estaria “desconfiado” e teria perguntado: “você são do *Página Um*?”. Sérgio Damasceno Vieira era agente do CIEEX desde 1968 e atuava no órgão em Lisboa<sup>42</sup>. O autor da matéria aponta que Vieira, “jovem, doutor, ar desportista e de peito forte”, justificou sua curiosidade porque os integrantes do jornal não seriam “nada simpáticos para a embaixada”. Ao ser indagado do motivo, teria respondido: “bem, não é para a embaixada, é para o nosso país. Nós somos muito sensíveis às coisas que se escrevem contra nós”<sup>43</sup>.

## 2. Os comunistas: entre Prestes e os europeus

Os desdobramentos das movimentações militares de novembro de 1975 atingiram as esquerdas portuguesas como um todo e não deixaram de afetar o Partido Comunista

---

<sup>41</sup> TÃO verdade como dois e dois serem quatro, podemos afirmar que a vida vale a pena ser vivida; mas logo que o pão falta, aumenta a sede de liberdade. *Voz do Povo*, Lisboa, p. 5, 3 mar. 1977.

<sup>42</sup> ESPIÕES na pele de diplomatas. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 3, 23 jul. 2007.

<sup>43</sup> FOGO na embaixada do Brasil. *Página Um*, Lisboa, p. 16, 11 set. 1976.

Português (PCP). Na ocasião houve uma tentativa frustrada de levante de paraquedistas que serviria como motivo para uma ação de controle do país pelas forças da moderação, na sequência de uma acirrada disputa política e conflitos sociais violentos, com greves, ataque a uma estação de rádio sob controle das esquerdas e conspirações de direita, em meio à elaboração de uma nova constituição que prometia uma via para o socialismo. Tantos processos simultâneos fazem com que parte da historiografia portuguesa debata intensamente o tema e “a polêmica continua em torno da questão central: golpe ou contra-golpe?” O que se sabe é que a partir de então ocorreu um consenso que envolveu socialistas, centristas, conservadores e forças armadas, com uma anuência ou um recuo que revelou muitas ambiguidades mesmo do PCP, em nome de evitar uma possível “guerra civil”. Comunistas e socialistas, representados por suas lideranças proeminentes, Álvaro Cunhal e Mário Soares, deixaram “patentes suas divergências profundas quanto ao rumo da Revolução”. A procura por uma solução para uma crise em que nenhuma das forças tinha condições de impor-se encontrou como meio, mais uma vez, o recurso militar<sup>44</sup>.

Após a ação militar, que teve como um de seus alvos, por parte de conservadores e moderados, “disciplinar” a atividade de veículos de comunicação social<sup>45</sup>, o PCP perdeu o controle sobre o até então mais importante jornal de Lisboa, o *Diário de Notícias*. Como um dos desdobramentos do processo, o partido patrocinou então a criação de um novo periódico para influir nos debates públicos. Apesar da existência do semanário *Avante!*, órgão político e oficial do partido desde 1931, o afastamento das esquerdas do controle de diversos títulos da imprensa diária resultou na iniciativa dos comunistas em manter-se no âmbito do jornalismo profissional. Em 10 de janeiro de 1976 saiu a público o primeiro número de *O Diário* — título que buscava uma identificação com o tradicional impresso lisboeta. Era dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, antigo militante que havia também participado de lides políticas quando exilado no Brasil, a partir de 1957, no interior do PCB e, como jornalista, atuou em *O Estado de S. Paulo*, na revista *Visão* e no jornal antissalazarista *Portugal Democrático*, até seu retorno a Portugal após o 25 de abril de 1974. Em 1975, foi noticiada em Lisboa a libertação de seu filho, Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, que havia sido preso no Brasil na vaga repressiva contra militantes do PCB e que culminou na morte de Vladimir Herzog<sup>46</sup>.

Provavelmente por suas ligações com o Brasil, Miguel Urbano Rodrigues assegurou espaço razoável para brasileiros e brasileiras assinarem, com seus próprios nomes, artigos

---

<sup>44</sup> REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Op cit, p. 242-265.

<sup>45</sup> MOTA, José Gomes. *A Resistência*. Lisboa: Edições Jornal Expresso, 1976. p. 179.

<sup>46</sup> MIGUEL Trefaut libertado. *Diário Popular*, Lisboa, p. 19, 22 dez. 1975.

de opinião no jornal. Sobre a maior parte dos ativistas do PCB não pesavam processos judiciais-militares decorrentes da luta armada, tampouco penas de banimento, daí que seus integrantes não se valessem do recurso do anonimato. Um jornalista brasileiro, então ainda ligado ao PCB, que encontrou abrigo para seus textos enviados do Canadá, foi Rodolfo Konder. Também diferentes matérias sobre a política brasileira e as frequentes denúncias de violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura militar estiveram nas páginas de *O Diário*. Uma diferença sensível em relação aos periódicos da esquerda revolucionária estava no tratamento dispensado à oposição institucional brasileira, o MDB, apresentado com simpatia, certamente em função das relações estratégicas mantidas pelo PCB. Enquanto em *Página Um* era frequente a utilização do termo “oposição consentida” e “farsa eleitoral”, *O Diário* divulgou as vozes provenientes do Brasil ou dos brasileiros que estavam em Portugal e em toda a Europa que alimentavam esperanças no processo de distensão política.

O periódico comunista foi um dos que mais despertou a atenção dos funcionários designados pela embaixada brasileira para fornecer informações ao CIEX. Em diversos relatórios há menções diretas a matérias ou a integrantes do jornal. Particularmente estava o órgão do SNI interessado na presença de brasileiros entre os colaboradores frequentes de *O Diário*, como a divulgação de informações oriundas de um “Comitê de Imprensa e Propaganda do PCB’ em Lisboa”, que seria chefiado por “José Guimarães Neiva Moreira”, e que contaria com a colaboração de “elementos filiados ao Partido Comunista Português que atuam na imprensa portuguesa”, sendo o caso mais notório o de Miguel Urbano Rodrigues, diretor de *O Diário*. Cabe acentuar que as filiações partidárias de muitos brasileiros citados em relatórios do CIEX são discutíveis ou mesmo equivocadas. Contudo, mais importante do que a precisão dos agentes da ditadura militar, é útil compreender a relevância que atribuíam à vigilância da imprensa portuguesa. Outro jornal que tais agentes consideravam atuar na mesma linha seria o *Diário de Lisboa*, sob a responsabilidade de Fernando Piteira Santos. Em Lisboa estaria circulando um documento acerca do que seria uma “plataforma comum de todas as forças antifascistas e patrióticas” pretensamente dispostas a combater a ditadura brasileira e sua política de “traição nacional”<sup>47</sup>.

Uma presença frequente na página de opinião do jornal era o da socióloga brasileira Zillah Murgel Branco. Seus artigos, mesmo os que na maior parte das vezes tratassem de assuntos internos portugueses, eram frequentemente alvos de relatório e de envios para análise. Outros brasileiros que colaboravam com *O Diário* despertaram a atenção do CIEX como foi o caso de um artigo sobre a ditadura chilena que teria sido escrito,

---

<sup>47</sup> CIEX. *Portugal. Frente de imprensa. Documento do ‘PCB’. ‘PCP’. José Guimarães Neiva Moreira*. Informe No. 089/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 2 abr. 1976.

segundo o agente da embaixada, por Almir Dutton Ferreira, tendo agido assim em favor de integrantes do Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR) asilados em Portugal. A matéria foi considerada pelo agente da ditadura brasileira como voltada a “dividir as Forças Armadas e denegrir (sic) a imagem política daquele Governo sul-americano”<sup>48</sup>. Outros brasileiros com atuação na imprensa portuguesa eram Fernando Leite Perrone e Márcio Moreira Alves, que estiveram entre os responsáveis pela circulação do jornal *Amnistia*. Este seria, segundo o CIEX, um veículo com o “objetivo de denegrir (sic) a imagem do Brasil no exterior” e, além disso, o que tornaria sua existência ainda mais suspeita, seria impresso na mesma oficina gráfica de *O Diário*, o “órgão oficioso do Partido Comunista Português”<sup>49</sup>.

Parecia, assim, não haver dúvidas entre os agentes do CIEX quanto ao comando do PCB na articulação ostensiva de opositores brasileiros com atuação na imprensa em Portugal. Caracterizavam como “ataques ao regime político vigente no Brasil” as denúncias frequentes, como as informações sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, as torturas sofridas pelo camponês Manuel da Conceição ou os protestos ocorridos na visita de Ernesto Geisel à França e à Grã-Bretanha. O jornal comunista estaria no centro de uma “campanha destinada a fomentar, no seio da opinião pública portuguesa e europeia”, o que seria uma “repulsa pelo regime político brasileiro”. Esta “campanha” teria como articulador exatamente o periódico *O Diário*, mas envolveria “vários órgãos da imprensa lisboeta”, o que significaria “tratar-se de iniciativas orquestradas”. A “campanha anti-brasileira” seria, assim, “ligada à presença, em Portugal, de numerosos militantes comunistas brasileiros”, os quais contariam com “a colaboração dos órgãos de comunicação social controlados ou infiltrados por seus correligionários portugueses”, sendo o caso mais evidente o de *O Diário*. Assim, conclui o relatório do CIEX, apesar de parecerem ser produzidos no Brasil, boa parte dos artigos de denúncia à ditadura poderiam estar “sendo elaborados aqui mesmo em Lisboa, pela ‘célula’ local do PCB”<sup>50</sup>.

Além dos textos críticos, era provavelmente pelas relações intensas com brasileiros opositoristas, além das notórias preocupações anticomunistas, que o CIEX dedicou grande atenção a *O Diário* e sua suposta guarida a brasileiros considerado “nocivos” à ditadura. Mas, não é possível afirmar que o PCB tivesse tanta influência quanto a imaginada pelos

---

<sup>48</sup> CIEX. *Portugal. Frente de imprensa. Ataques ao Governo chileno. Asilados brasileiros. Almir Dutton Ferreira. Wilson Sader (ou Sander). ‘MIR’*. Informe No. 113/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 6 abr. 1976.

<sup>49</sup> CIEX. *Portugal. Atividades do ‘Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil (CPAGB)’*. *Jornal ‘Amnistia’*. Pe. José Felicidade Alves. Informe No. 117/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 12 abr. 1976.

<sup>50</sup> CIEX. *Portugal. Frente de imprensa. Campanha contra o regime brasileiro*. Informe No. 120/1976, f. 1-2 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 12 abr. 1976.

funcionários da embaixada brasileira que atuavam para o SNI. Mesmo assim, é importante acentuar o quanto *O Diário* permitiu a divulgação de informações e as conexões internacionais de um setor importante da oposição brasileira. Com o lema “a verdade a que temos direito”, o jornal pretendia o “diálogo construtivo entre das forças democráticas e antifascistas” e a defender a revolução portuguesa “no campo informativo sem paixões, sem sectarismos, sem polêmicas estéreis, sem concessões ao revolucionarismo verbal” e com “informação isenta”<sup>51</sup>. O Brasil passa a aparecer nas páginas de *O Diário* a partir do segundo número, por meio das memórias de Ruy Luís Gomes, matemático e ativista contra o salazarismo que estivera exilado na América do Sul a partir da década de 1950. Do Brasil, além da atuação universitária em Recife, recordou do jornal *Portugal Democrático*, o qual fazia “a campanha para a libertação de Portugal, pela libertação das colônias”<sup>52</sup>. Em *O Diário* a presença do Brasil é, assim, bastante frequente, surgindo em memórias e nomes que não se restringem à editoria internacional. Pode-se atribuir esta característica à circulação internacional de ativistas comunistas que apareciam em suas páginas, além das mencionadas relações de seu diretor com o PCB.

Os artigos publicados por Zillah Branco eram dedicados em maioria à análise do processo de reforma agrária que ocorria em Portugal, mas são indicativos da importância de questões afeitas ao Brasil no periódico. Logo na edição seguinte àquela em que apareceu o primeiro artigo de Branco, a primeira página de *O Diário* trouxe uma crítica aos posicionamentos dos que, no interior do PS, defendiam “uma política séria em relação ao Brasil”. Questionava o texto: “que política e que Brasil?”. Para o jornal comunista, “o Portugal livre e democrático” não deveria “criar atritos com a ditadura fascista brasileira”, mas não poderia “esquecer que a nação brasileira vive esmagada por um regime fascista”, constituindo “uma afronta ao povo irmão do Brasil”. Haveria um Brasil “presente no coração de todos os portugueses”, porém, havia também aquele que “só a direita admira”, o país do “general Geisel, a colônia dos Estados Unidos, o país da mais cruel polícia política da América”<sup>53</sup>.

Naquele mesmo ano de 1976 Miguel Urbano Rodrigues abriu nas páginas do jornal uma discussão crítica aos contatos que então se tornaram frequentes entre integrantes da oposição brasileira e a organização Internacional Socialista. Em maio ocorreu em Caracas, na Venezuela, uma reunião de dirigentes políticos da Europa e da América com vistas ao que foi chamado de “Solidariedade Democrática Internacional”. A Internacional Socialista, que

---

<sup>51</sup> A VERDADE a que temos direito. *O Diário*, Lisboa, p. 1, 10 jan. 1976.

<sup>52</sup> SANTOS, N. Gomes dos. A revolução portuguesa retomar o impulso. *O Diário*, Lisboa, p. 8-9, 12 jan. 1976.

<sup>53</sup> REGISTRO: que Brasil é esse? *O Diário*, Lisboa, p. 1, 21 jan. 1976.

reunia partidos da órbita socialdemocrata europeia, voltava seu foco para a América Latina sob a liderança do alemão Willy Brandt e de Mário Soares. Os êxitos eleitorais de políticos socialdemocratas e socialistas moderados levaram a Internacional Socialista a ter entre seus membros mais de uma dezena de primeiros-ministros e quase 20 partidos integrantes de coalizões governamentais. A posição de *O Diário* dá conta de embates ocorridos no exílio e em âmbito internacional entre comunistas e socialdemocratas na década de 1970 e da influência destes últimos no delineamento de uma estratégia moderada de transição democrática no Brasil. Além disso, no âmbito do próprio PCB, a posição chamada de “eucomunista”, que procurava uma independência em relação às estratégias internacionais da União Soviética e uma aproximação com os comunistas ocidentais, que conseguiam êxitos eleitorais e a participação institucional em países como a Itália e a França, passava a gerar tensões internas. A defesa da possibilidade de convivência dos comunistas com alianças políticas plurais significaria ainda o abandono à tomada insurrecional do poder

Desde a ocasião da reunião de Caracas, os comunistas suspeitavam das intenções dos europeus e suas conexões com o que consideravam ser movimentos do imperialismo. No mesmo mês de maio em que ocorreu o encontro socialdemocrata, foi realizada em Lisboa uma “Jornada de Solidariedade com a Luta dos Povos da América Latina”. Os líderes comunistas latino-americanos presentes voltaram seu foco à crítica aos que se aproximavam dos socialdemocratas europeus. Esteve presente Luiz Carlos Prestes, então ainda à frente do PCB em seu exílio em Moscou, somando-se a Rodney Arismendi e Samuel Riquelme, dirigentes comunistas do Uruguai e do Chile<sup>54</sup>. Prestes foi tratado com grande interesse e destaque pelos editores de *O Diário*, que abordaram o quanto sua trajetória estava ligada “à história do Brasil nos últimos cinquenta anos”. O brasileiro tratou de assuntos diversos, em especial, “as vitórias e recuos das forças progressistas”. A ditadura brasileira seria o “gendarme do continente” e uma ameaça a toda a América Latina dada sua submissão à “dominação imperialista”. Tratou ainda da aproximação diplomática então em curso do Brasil com os países africanos que eram recém independentes. Para o líder comunista brasileiro, em resposta aos socialdemocratas, “nenhum movimento capitalista” poderia “resolver os graves problemas do nosso povo” e pontuou a necessidade de uma “revolução nacional e democrática”<sup>55</sup>.

O editorial da mesma edição, escrito por Miguel Urbano Rodrigues, identificou a reunião socialdemocrata de Caracas como um encontro de “partidos de larga tradição

---

<sup>54</sup> MILHARES de portugueses dizem ‘não ao imperialismo’. *O Diário*, Lisboa, p. 11, 17 mai. 1976.

<sup>55</sup> A DITADURA brasileira é uma ameaça à paz e à segurança dos povos da América Latina. *O Diário*, Lisboa, p. 8-10, 18 mai. 1976.

reacionária”. A aproximação com a socialdemocracia europeia seriam mais um de seus atos para cumprir “docilmente as vontades do imperialismo”, destacando os peruanos que então eram opositores do governo qualificado como revolucionário em seu país<sup>56</sup>. Contudo, apesar das críticas, a defesa da unidade entre as forças oposicionistas brasileiras não deixou de ser manifestada pelos comunistas brasileiros e portugueses. Por ocasião do encontro em Lisboa, os partidos divulgaram nota conjunta em que demandavam a “reconstitucionalização do país em bases democráticas”, perspectiva mais moderada e próxima dos que defendiam as alianças com a oposição institucionalizada no Brasil<sup>57</sup>.

As vozes comunistas surgiam dissonantes, o que envolvia embates com a socialdemocracia europeia, especialmente a tentativa desta de estender sua influência à América Latina. Um Prestes revolucionário, de sua parte, parecia destoar do projeto majoritário do partido de contribuir com a oposição institucional em favor de um frentismo que conduzisse o país à “normalidade democrática”. Marcos Napolitano aponta que o exílio europeu influenciou os debates no PCB, com implicações na leitura produzida sobre a realidade brasileira pelos comunistas. A noção de “ditadura fascista” não era contestada neste período, depois da saída de setores críticos à moderação do partido no final da década de 1960. Estaria em questão era a formação de uma ampla articulação em torno das “liberdades democráticas” que conduziria à derrota da ditadura<sup>58</sup>. Prestes defendia a restrição das alianças aos setores de esquerda e “revolucionários”, o que estava no centro de suas declarações em Lisboa.

O embate entre os que se consideravam reformistas e os ortodoxos alastrava-se no interior do partido e percorria suas lideranças no exílio. No final de 1976, *O Diário* publicou artigo em que acusava “os perigos do fascínio da social-democracia” no Brasil. Na reunião de dirigentes social-democratas em Caracas teria ocorrido nada mais do que o encontro de latino-americanos com governantes europeus que não teriam “nenhuma contradição com a ação dos grandes monopólios multinacionais” em favor das ditaduras militares do continente. As propostas do encontro seriam, assim, uma reprodução da “Aliança para o Progresso”, encabeçada pelos Estados Unidos na década anterior. Reproduzindo posições então oficiais do PCB, mas que recebiam críticas internas, o artigo concluía ser importante avaliar o quanto a “terceira via” não passaria de “uma corrente conciliadora com o imperialismo”<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> DO RIBATEJO a Caracas, *O Diário*, p. 3, 18 mai. 1976.

<sup>57</sup> MAIS de 500 presos políticos assassinados no Brasil. *O Diário*, Lisboa, p. 5, 18 mai. 1976.

<sup>58</sup> NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.

<sup>59</sup> OS PERIGOS do fascínio da social-democracia. *O Diário*, Lisboa, p. 14, 7 dez. 1976.

Esta discussão era particularmente sensível entre os comunistas portugueses que, liderados por Álvaro Cunhal, rejeitavam com veemência o “eurocomunismo”. Crítico aos partidos e líderes que defendiam o eurocomunismo, a posição de *O Diário* foi frequentemente expressa por seu editor de política internacional, Alberto Villaverde Cabral. Os eurocomunistas pretendiam “manter certa imagem de forma a poder ascender a posições de direção nos seus países”, evitando embates com o “imperialismo”, mas não conseguiam impedir que os Estados Unidos anulassem qualquer aliança entre social-democratas e comunistas<sup>60</sup>.

Em paralelo a essas discussões, as posições em relação ao Brasil e ao combate internacional à ditadura encontram em *O Diário* posições flexíveis ou ambíguas. A estratégia de um amplo “frentismo” era a prática que animava os que colaboravam com o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil em Portugal e a publicação do jornal *Amnistia*. Por outro lado, a linha editorial obviamente fazia prevalecer a perspectiva oficial dos comunistas portugueses, mais próxima a Prestes e contrária aos eurocomunistas. De todo modo, isso não impediu que o jornal acompanhasse com interesse os avanços do MDB e da oposição institucional brasileira, mas acentuando uma posição crítica ao que parecia ser uma proeminência social-democrata entre setores de esquerda. No contexto da avaliação dos resultados das eleições municipais de 1976, em uma edição em que este foi o tema o principal da primeira página, o jornal publicou matéria em que eram apontados os riscos da divisão dos oposicionistas e do enfraquecimento da “frente política que, gradualmente, se foi tornando o MDB. Especialmente os editores apontavam o que seria uma previsível formação de um partido “social-democrata”, o qual seria “apoiado, particularmente, pela Internacional Socialista”<sup>61</sup>.

### **3. As conexões do “socialismo democrático”**

Entre os alvos frequentes das críticas do periódico comunista à atuação de portugueses junto à oposição brasileira estava a aproximação desta com importantes dirigentes do PS português. Como mencionado anteriormente, um dos marcos desta conexão portuguesa com o Brasil ocorreu em 1976, a partir de uma reunião de dirigentes políticos da Europa e da América Latina ocorrida em Caracas. Apesar de não ser formalmente e um evento da Internacional Socialista, contou com a presença dos principais dirigentes da organização europeia, liderados por Willy Brandt, escudado por Mario Soares. A Internacional Socialista procurava relativizar seu forte caráter eurocêntrico e desenvolvia

---

<sup>60</sup> CABRAL, Álvaro Villaverde. Uma conferência muito comentada. *O Diário*, Lisboa, p. 11, 05 fev. 1976.

<sup>61</sup> DITADURA pretende dividir a oposição. *O Diário*, Lisboa, p. 16, 27 nov. 1976.

uma intensa dinâmica voltada para a América Latina<sup>62</sup>. O evento em Caracas fez parte de uma ofensiva política de engajamento com o chamado Terceiro Mundo que incluía um discurso pacifista que se somava à defesa dos direitos humanos e de relações mais justas dos países ricos com os do chamado mundo subdesenvolvido, mas também a estratégias geopolíticas europeias em meio à crise do petróleo<sup>63</sup>. Em Portugal chegou a circular a informação de que o então candidato do Partido Democrata dos Estados Unidos, Jimmy Carter, estaria presente, o que não se confirmou<sup>64</sup>. De sua parte, os socialistas portugueses encontravam nesse protagonismo internacional formas para aproximar-se da Comunidade Europeia<sup>65</sup>.

Os jornais portugueses sob a influência do PS, como é de se esperar, deram ampla cobertura ao evento e à participação do secretário-geral do partido, Mário Soares. O *Diário de Notícias*, com linha editorial controlada pelos socialistas em 1976, destacou que entre os temas da conferência de Caracas estavam a “solidariedade e a cooperação internacional” e o “conteúdo e as perspectivas da social-democracia”<sup>66</sup>. O futuro Primeiro-Ministro português e vice-presidente da Internacional Socialista, Soares, era mais direto: sua delegação pretendia incitar “os latino-americanos a seguirem o exemplo português e a desenvolverem o ‘socialismo em liberdade’”<sup>67</sup>. O termo “socialismo democrático” então tornara-se moeda corrente entre lideranças internacionais e o dirigente luso aproveitava para influenciar os debates e negociações que se processavam no hemisfério Sul.

Quanto ao Brasil, na ausência de qualquer organização partidária formal no encontro, os únicos brasileiros de que há registro terem participado do evento foram o senador Marcos de Barros Freire, eleito em 1974 por Pernambuco, e o empresário e editor paulista, Fernando Gasparian. Posteriormente, Gasparian encontrou-se em Lisboa com Mário Soares, iniciativa que chamou a atenção da embaixada brasileira em Lisboa, sendo alvo de relatórios do CIEX. Segundo os agentes da ditadura brasileira, o encontro decorreria do “esquema de apoio do Partido Socialista português à formação de um PS [Partido Socialista] brasileiro”. Estaria ainda relacionada à anunciada passagem por Portugal de Celso Furtado e Darcy Ribeiro, o que caracterizaria uma “revoada” da esquerda brasileira para o país ibérico. Assim, aos olhos dos agentes do SNI, as informações permitiam “fazer

---

<sup>62</sup> PEDROSA, Fernando. Redes transnacionais y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). *Iberoamericana, América Latina – España – Portugal*, Berlim, v. 13, n. 49. p. 25-46, 2013.

<sup>63</sup> LÖWY, Michael. Trayectoria de la Internacional Socialista en América Latina. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México, n. 29, p. 36-45, 1981.

<sup>64</sup> RECUPERAÇÃO da América Latina para a democracia e o progresso. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 3, 22 mai. 1976.

<sup>65</sup> PAÇO, António Simões do. A ‘Europa Connosco’: os trabalhistas ingleses e o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 525-546, 2012.

<sup>66</sup> MÁRIO SOARES conferenciou com o chanceler Willy Brandt. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 7, 20 mai. 1976.

<sup>67</sup> MÁRIO SOARES reafirmou a intenção de formar um governo minoritário. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 7, 21 mai. 1976.

pensar” em uma certa “conspiração de esquerda”, a qual estaria sendo mencionada em “certos setores da ‘comunidade’ de refugiados brasileiros em Portugal”. Em particular, preocupava a repressão a presença de “elementos” que seriam “ligados ao ex-presidente João Goulart”, nomeadamente Paulo Schilling<sup>68</sup>.

O governo português considerou a conferência de Caracas um êxito. O secretário e futuro ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, chamou o evento de “cimeira do socialismo democrático”. Para o dirigente, a América Latina seria “um continente muito propício à multiplicação de ditaduras e onde o ideário democrático tem sofridos bastantes revezes históricos”. Contra o “castrismo cubano”, poderia ser apresentado à América Latina o “exemplo português” como uma alternativa segura. Mário Soares então desfrutaria de grande prestígio internacional e seria, assim, “um elemento fundamental na popularidade e difusão das ideias do socialismo democrático no mundo”<sup>69</sup>. A bandeira dos “direitos humanos” era então empunhada pelo português como uma estratégica mensagem política, voltada tanto internamente em seu confronto com os comunistas do PCP quanto assegurando sua influência internacional, particularmente entre opositores latino-americanos às diferentes ditaduras militares no continente. Premiado pela “Liga Internacional dos Direitos do Homem”, em Nova Iorque, em dezembro de 1976<sup>70</sup>, naquele mesmo mês, juntamente com Medeiros Ferreira, Soares seria o personagem central da organização da visita oficial ao Brasil, a primeira de um chefe de governo português após a Revolução dos Cravos, o que apontava para contatos estratégicos e triangulares entre o país ibérico, a ditadura militar e a oposição moderada brasileira.

Os desdobramentos do processo político português eram acompanhados com atenção também por importantes segmentos da oposição moderada brasileira e não foram poucos os que buscaram na trajetória daquele país uma confirmação dos caminhos adotados no Brasil. Após um período de ruptura revolucionária, a construção democrática em Portugal inspirou outras soluções. O consenso estabelecido entre socialistas, centristas e forças armadas, que afastou do controle do Estado as organizações de esquerda, apontariam para um processo de democratização gradual, o que também se processava em âmbito ainda mais moderado na Espanha. Lideranças políticas brasileiras, seja atuando na oposição consentida ou na condição de exilados, encontram em Portugal um ponto de apoio para aproximações com a perspectiva social-democrata europeia. A chamada via portuguesa para o socialismo terminara na defesa de uma democracia pluralista.

---

<sup>68</sup> CIEX. *Brasil. Situação política. Contatos em Portugal*. Informe No. 361/1976, f. 1-2 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 14 out. 1976.

<sup>69</sup> NÓS SOMOS os representantes do socialismo democrático. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 8, 9 jun. 1976.

<sup>70</sup> MÁRIO SOARES galardoado pela Liga Internacional dos Direitos do Homem. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 23 set. 1976.

Ao visitar oficialmente o Brasil, Mário Soares despertou críticas de setores das esquerdas dos dois países, um episódio visto como inoportuno e capaz de dar legitimidade à ditadura brasileira. Dias antes havia sido anunciada a morte do ex-Presidente João Goulart, o Jango, ocorrida em 06 de dezembro de 1976. Deposto pelo golpe de 1964, Goulart resistia, em seus últimos anos de vida, segundo Jorge Ferreira, a uma aproximação à Internacional Socialista e suas ideias “estrangeiristas”<sup>71</sup>. Contudo, por ocasião da repercussão de seu falecimento, o *Expresso* revelou que Jango visitara Lisboa no mês de setembro de 1976 e que o fato passara “despercebido à imprensa portuguesa”. Embora negasse que sua visita tivesse “qualquer significado político”, a movimentação de João Goulart estivera “na órbita da Internacional Socialista, com Mário Soares a servir de padrinho junto dos alemães”<sup>72</sup>.

O assédio do “socialismo democrático” era, portanto, significativo e abertamente discutido na imprensa portuguesa. Brasileiros exilados em Portugal encontram neste ambiente, a possibilidade de travar contatos e discutir as questões da transição brasileira nos grandes meios informativos. O ex-militar português Manuel Pedroso Marques, que estivera exilado no Brasil na década de 1960 por atos de resistência ao regime salazarista e que retornou a seu país após o 25 de Abril de 1974, em depoimento oral, lembrou que no período em que atuou no Ministério de Comunicação Social, sob governo do PS, teve a oportunidade de assegurar espaços e funções a brasileiros, citando Altair Lucchesi de Campos e Betty Chachamovitz. Ainda recordou ter travado contato com os jornalistas Márcio Moreira Alves, Neiva Moreira e Hermano Alves<sup>73</sup>. Este último teve participação destacada na imprensa portuguesa que se situava no âmbito da centro-esquerda socialista e dos centristas e conservadores. Ex-deputado federal, defensor da Frente Ampla que aproximou João Goulart, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek em 1966, Hermano Alves foi cassado após o Ato Institucional Número 5 e passou a viver na Europa como correspondente de *O Estado de S. Paulo*.

O jornalista publicou com frequência informações e análises sobre as aproximações entre social-democratas europeus e a oposição brasileira no semanário *Expresso*. Por isso, Hermano Alves foi constantemente alvo de relatórios do CIEX e do SNI e não deixou de ser acompanhado e observado em detalhe. Mesmo sendo um veículo de imprensa privado e comercial, com posições centristas, os agentes da ditadura na embaixada brasileira entendiam que o “corpo redatorial” do *Expresso* estaria “infiltrado por comunistas-

---

<sup>71</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 643-645.

<sup>72</sup> CARVALHO, Augusto de. João Goulart esteve em Lisboa com o *Expresso*. *Expresso*, Lisboa, p. 12, 10 dez. 1976.

<sup>73</sup> MARQUES, Manuel Pedroso [83 anos]. [mar. 2018]. Entrevista oral. Lisboa, 16 mar. 2018.

maoístas”<sup>74</sup>. Seu diretor de redação, Augusto de Carvalho, seria “militante da extrema-esquerda portuguesa” e manteria vínculo “com diversos membros da oposição clandestina brasileira”, sendo mencionados os nomes dos jornalistas Hermano Alves e Paulo Sotero, este correspondente da revista *Veja*. Os agentes da ditadura, como mostra um relatório elaborado no âmbito da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ), consideravam que o *Expresso* promovia “ataques caluniosos e contundentes desfechados de maneira sistemática ao Brasil”<sup>75</sup>.

Um episódio significativo ocorreu com a possível publicação de uma matéria sobre as torturas e demais violações aos direitos humanos cometidos pela ditadura brasileira. O assunto foi alvo de preocupação dos agentes do SNI, o que ficou registrado em um informe de agosto de 1975 também elaborado pela DSI do Ministério da Justiça. Por meio do documento, fica-se sabendo que aquele órgão do sistema de vigilância da ditadura estava atento à possibilidade de publicação pelo semanário *Expresso* de “extenso artigo sobre a repressão política no Brasil, de autoria de Hermano Alves, ex-deputado, cassado”. Segundo o documento, “a informação foi transmitida a funcionário da Embaixada por Marcelo Rebelo de Souza”, então um dos diretores do periódico, além de integrante do partido de centro-direita PPD (Partido Popular Democrático, posteriormente renomeado como Partido Social Democrático)<sup>76</sup>.

Para alívio dos agentes brasileiros, o diretor do semanário informara que a publicação seria adiada até outubro de 1975, porque o texto estaria “redigido com excessiva violência, inclusive nas suas referências ao Embaixador do Brasil, General Carlos Alberto da Fontoura”. Além disso, o “regime brasileiro” não seria “um alvo prioritário” do *Expresso*. O informe era concluído com a suspeita de que Hermano Alves estivesse “contribuindo para a deformação da imagem do Brasil em Portugal”, bem como “desempenhando outras atividades políticas de caráter ainda mais grave”. De fato, nenhum texto sobre o tema foi publicado em outubro de 1975 e apenas em fevereiro do ano seguinte o *Expresso* trouxe uma matéria em que presos políticos brasileiros denunciavam os métodos e instrumentos de tortura utilizados pela ditadura brasileira, bem como uma listagem com os nomes de torturadores<sup>77</sup>. Em abril de 1976, um relatório do CIEX atribuiu a Paulo Sotero a autoria do

---

<sup>74</sup> CIEX. *Brasil. Imagem na imprensa portuguesa*. Informe No. 363/1976, f. 1-2 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 20 out. 1976.

<sup>75</sup> DSI-MJ. *Visita do Sub-Diretor do ‘Expresso’ ao Brasil*. Informação No. 51/1977, f. 1 (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro BR RJANRIO TT - Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça) 11 jan. 1977.

<sup>76</sup> DSI-MJ. *Hermano Alves - Atividades Políticas em Portugal*. Informação No. 511/1975, f. 1 (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro BR RJANRIO TT - Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça) 8 ago. 1975.

Note-se, a título de informação, que o citado Marcelo Rebelo de Souza exerce a Presidência da República de Portugal desde 2016.

<sup>77</sup> 35 PRESOS políticos denunciam e acusam o regime. *Expresso*, Lisboa, p. 14, 7 fev. 1976.

texto<sup>78</sup>. O que se retém do episódio, por fim, é a significativa importância do acesso de jornalistas brasileiros que se situavam na órbita do “socialismo democrático” à imprensa comercial portuguesa e as preocupações da ditadura, o que incluía pressionar e contar com a colaboração de diretores de jornais daquele país.

Hermano Alves atuava, assim, como um importante elo de conexões internacionais do setor da oposição brasileira mais afeito ao repertório político que circulava entre cúpulas social-democratas. Em 1975, reconheceu o “papel essencial” de Willy Brandt no “processo político de Portugal”, a partir de seus contatos com os Estados Unidos e a própria União Soviética para afastar o país ibérico de qualquer experiência revolucionária radical, garantindo que “Lisboa em 1975 não seria Petrogrado em 1917”. Via que a Internacional Socialista e os líderes eurocomunistas poderiam influenciar a “evolução interna” de países como os da “Europa Oriental”, numa rota de moderação<sup>79</sup>. No ano seguinte, em entrevista a *O Tempo*, destacou a “tremenda influência no Brasil” exercida pela revolução portuguesa, uma inspiração que ganhou um nome com as atitudes de Mário Soares que haviam impedido as tensões que teriam sido perpetradas pelo extremismo político. O PS de Mário Soares teria conduzido Portugal à estabilidade em meio aos conflitos da transição política, prestando “um serviço histórico que só as gerações posteriores saberão julgar em profundidade”<sup>80</sup>.

Em 1977, em um perfil do Presidente português, o general Ramalho Eanes, o jornalista fez uma digressão sobre as difíceis relações entre militares e políticos civis, destacando as características de liderança que o chefe de Estado lusitano, como um “árbitro” que respeitava os partidos como “escolas de cidadania” para a construção de uma “democracia transformadora”. Além disso, Eanes percebia que no Brasil estariam ocorrendo “transformações democráticas” que contribuíam para as aproximações entre os dois países, além de influência recíproca sobre a África. Destacava-se, assim, como a política portuguesa poderia dar respaldo para que diferentes países, como o Brasil, encontrassem caminhos para a democracia, bem como os “direitos humanos”. Por fim, Hermano Alves concluía que, “entre tantos bonapartes em potencial”, Portugal tinha como Presidente da República “um raro e curioso militar civil”<sup>81</sup>.

Esses perfis de Brandt, Soares e Eanes parecem transparecer uma perspectiva do que seria uma agenda política para o Brasil de então, em vistas do processo de abertura e de transição política. Além disso, é possível apontar a importância assumida por alguns

---

<sup>78</sup> CIEX. *Portugal. Frente de imprensa. Campanha de difamação contra o Brasil. Paulo Sotero Marques*. Informe No. 085/1976, f. 1 (Arquivo Nacional, Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 2 abr. 1976.

<sup>79</sup> O PAPEL de Willy Brandt na revolução portuguesa. *Expresso*, Lisboa, p. 11, 10 dez. 1975.

<sup>80</sup> OPINIÕES dos jornalistas estrangeiros. *Tempo*, Lisboa, p. 14, 29 abr. 1976.

<sup>81</sup> ALVES, Hermano. A nação portuguesa parece ter escolhido um raro e curioso Militar Civil. *Expresso* (suplemento Revista), Lisboa, p. 7-8, 17 set. 1977.

interlocutores brasileiros que, desde o exterior, manejavam um repertório político internacional que não deixou de influenciar as oposições brasileiras e seus debates no interior da estrutura de poder vigente. Hermano Alves teria assumido uma posição ainda mais nitidamente ativa quando, conforme diferentes relatos recolhidos por Brigagão e Trajano (2015), teria de certo modo intermediado a recepção do governo português de Mário Soares a Leonel Brizola em 1978<sup>82</sup>. O asilo político em Portugal do ex-governador do Rio Grande do Sul e então mais importante líder do trabalhismo brasileiro, após a morte de João Goulart, teria sido fundamental para galvanizar as interlocuções internacionais que vinham ocorrendo desde anos antes entre a social-democracia europeia, mais precisamente o que ainda era considerado o “socialismo democrático”, e setores das oposições brasileiras<sup>83</sup>.

### Considerações finais

Ao longo da década de 1970 ocorreram intensas trocas e conexões entre setores oposicionistas brasileiros à ditadura militar vigente (1964-1985) e lideranças, governos e organizações internacionais. Diferentes estudos vêm oferecendo visibilidade a este processo que deu contornos internacionais à resistência ao regime autoritário brasileiro, bem como situou em uma escala para além das fronteiras nacionais as perspectivas acerca de uma então possível democratização das relações políticas e institucionais no Brasil. As investigações mais apuradas e abrangentes dão conta de ao menos dois polos importantes, um situado nos Estados Unidos<sup>84</sup>, cuja proeminência nas relações internacionais brasileiras é indiscutível, além da própria América Latina e na Europa, mais precisamente na França<sup>85</sup>. Este país reuniu não apenas grande número de brasileiros exilados, mas também ofereceu uma plataforma importante para o contato com entidades envolvidas no suporte e denúncia da situação interna brasileira. Portugal, contudo, aparece como um dos pontos significativos das conexões internacionais então em pleno andamento. O país ibérico pode ser considerado um nó relações políticas internacionais, ao menos em âmbito Atlântico, favorecendo contatos e influenciado a circulação de um repertório político internacional que subsidiou os debates de então.

---

<sup>82</sup> BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Brizola. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015 [recurso digital].

<sup>83</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa. A Internacional Socialista vai à América Latina. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 3, p. 101-110, 1979.

<sup>84</sup> GREEN, J. N. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 17, n. 29, 2010.

<sup>85</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017; ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Refazendo identidades. *Testimonios*, Buenos Aires, vol. 3, n. 3, p. 173-205, 2013.

É possível, como foi demonstrado, tomar a presença de brasileiros na imprensa portuguesa na segunda metade da década de 1970 como um foco para alargar as perspectivas e os pontos de vista sobre as conexões internacionais da redemocratização do Brasil. É possível, a partir de Portugal, visualizar um quadro complexo de relações e histórias conectadas dos dois lados do Atlântico, envolvendo não apenas modelos e ideias oriundos dos países capitalistas centrais, mas possibilitando contatos com o que se passava no conjunto da América Latina. Apesar do esforço que dos governos que se seguiram à Revolução dos Cravos em aproximar Portugal do contexto de seu continente e garantir sua aceitação plena na Comunidade Europeia, o país ibérico foi durante alguns anos uma plataforma de contatos transnacionais diversificada para setores das esquerdas latino-americanas e da brasileira em particular. Novamente na esteira de Gruzinski, este texto buscou contribuir para reconstituir “as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam”<sup>86</sup>. Neste caso, com vistas a compreender como a questão democrática brasileira foi situada no âmbito das intensas disputas políticas em jogo e o quanto envolviam perspectivas transnacionais entre as diferentes frentes de oposição brasileiras situadas em Portugal.

Recebido em 30 de março de 2021  
Aceito em 20 de setembro de 2021

---

<sup>86</sup> GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. Op Cit.